



Cintia Santos Diallo



Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

cintiadiallo@gmail.com

Claudia Araujo de Lima



Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

claudia.araujolima@gmail.com

REVISITANDO A HISTORIOGRAFIA AFRICANA: SUBSÍDIOS PARA A DISCIPLINA HISTÓRIA DA ÁFRICA NAS LICENCIATURAS

RESUMO

O presente texto tem como objeto uma breve revisão bibliográfica sobre historiografia africana. Esse exercício se justifica, na medida em que, nos deparamos com o desafio de investigar a disciplina História da África, dos cursos de licenciatura em História do Centro-Oeste e precisamos de um parâmetro para responder qual “História da África” é reproduzida nesses cursos. A obra referência no Brasil sobre a História da África, ainda é a monumental Coleção História da África, organizada pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura – (UNESCO), publicada originalmente da década de 1980, entretanto a coleção completa só foi disponibilizada no Brasil, em Língua Portuguesa em 2010, pelo Ministério da Educação – MEC - no âmbito das Políticas de Ações Afirmativas/Valorativas para Promoção da Igualdade Racial, implementadas a partir dos 2000. Além dos capítulos 1, 2, 3 do volume I, da obra supracitada buscaram-se, em pesquisadores africanos, Cheikh Anta Diop, Joseph Ki-Zerbo, Valentim Yves Mudimbe, Achille Mbembe, Djibril Samb, Maodo, Gueye, Thierno Mouctar Bah, Kwame Anthony Appiah, Amadou Hampe Bá, elementos para compreender a Historiografia Africana e, assim, responder uma das questões que norteiam a pesquisa, qual seja, o alinhamento teórico das disciplinas objeto da investigação.

Palavras-chave: Historiografia africana. Ensino de História. Lei 10.639/2003.

REVISITING AFRICAN HISTORY: SUBSIDES FOR THE HISTORY OF AFRICA DISCIPLINE IN UNDERGRADUATE COURSES

ABSTRACT

The purpose of this text is to provide a brief bibliographic review on African historiography. This exercise is justified, as we are faced with the challenge of investigating the History of Africa discipline, of the History courses in the Midwest and we need a parameter to answer which “History of Africa” is reproduced in these courses. The reference work in Brazil on the History of Africa, is still the monumental History of Africa Collection, organized by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - (UNESCO), originally published in the 1980s, however the complete collection was only available in the Brazil, in Portuguese in 2010, by the Ministry of Education - MEC, within the scope of Affirmative / Valuation Actions Policies for the Promotion of Racial Equality, implemented since 2000. In addition to chapters 1, 2, 3 of volume I, of the work I looked for African researchers, Cheikh Anta Diop, Joseph Ki-Zerbo, Valentine Yves Mudimbe, Achille Mbembe, Djibril Samb, Maodo, Gueye, Thierno Mouctar Bah, Kwame Anthony Appiah, Amadou Hampe Bá, elements to understand African Historiography and, thus, answer one of the questions that guide the research, namely, the theoretical alignment of the subjects, that are object of the investigation.

Keywords: African historiography. History teaching. Law 10.639/2003.

Submetido em: 04/03/2020

Aceito em: 21/04/2020

Publicado em: 18/08/2020



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n28p265-288>



I INTRODUÇÃO

J. Kizerbo¹ (2009) na obra *Para quando África*, explica que é de conhecimento do mundo que a África é o berço da humanidade, todos admitem que o ser humano lá surgiu e se desenvolveu. No atual estágio das pesquisas das diversas áreas do conhecimento, esse é um fato que não pode mais ser contestado, entretanto é preciso considerar que muitos se esquecem disso. O autor avalia, ainda, que os africanos não exploram de maneira significativa esta vantagem comparativa, que reside no fato de a África ser o berço das invenções fundamentais que impulsionaram o desenvolvimento humano. Afirma Ki-Zerbo (2009, p. 25):

[...] foi a partir do continente africano que o *Homo erectus*, graças ao fogo descobriu (Prometeu também era africano) e graças ao biface – instrumento e arma muito eficiente –, pode migrar para a Europa: outrora, no Norte do planeta, coberto por calotas de gelada, a vida era impossível; não vestígios humanos na Europa, nos períodos mais recuados.

Outro argumento utilizado pelo autor, diz respeito ao Egito, a maior civilização da antiguidade, “filho natural dos primeiros tempos da África”, apesar das tentativas de ligá-lo ao Oriente Médio.

De acordo com Ki-Zerbo (2009), a África desenvolveu-se, como todos os outros povos do mundo, de maneira progressiva, desde os primeiros agrupamentos humanos à Antiguidade egípcia, prosseguindo até o século XVI, organizando-se por meio de chefaturas e reinos cada vez mais importantes, a despeito das dificuldades representadas pelo ambiente hostil do deserto do Saara. Exemplo de florescimento de civilização africana é o Mali. A esse respeito afirma Niane (2010, p. 167):

[...] um desenvolvimento notável, atestado pelos cientistas e viajantes da época, tinha integrado a escrita com o saber e o poder da civilização autóctone. Nos séculos XII e XIV, a cidade de Tombuctu era mais escolarizada que a maioria das cidades análogas na Europa. Escolarizada em árabe, bem entendido, mas por vezes, as línguas subsaarianas também eram expressas na escrita árabe. Ali lecionavam no ensino superior cientistas e professores reconhecidos por seus pares – tanto da África quanto do mundo árabe e da Europa – os discípulos atravessam o Saara para ouvir os mestres de Tombuctu, Djienne e Gao.

Ocorre que, no século XVI, as grandes invasões vindas do exterior, conhecidas como o evento das “Grandes Descobertas”, da África ao Sul do Saara e da América, acarretaram, como sabemos, no tráfico de africanos concomitantemente ao genocídio de índios no continente americano. O tráfico custou a vida de dezenas de milhões de africanos, que foram cruelmente sequestrados da África, e enviados em condições subumanas para além do oceano Atlântico. (BA, 1972; MOORE, 2007)

Segundo J. Ki-Zerbo (2009), nenhuma coletividade humana foi mais inferiorizada do que os negros depois do século XV. Eu completo afirmando que nenhuma coletividade teve sua humanidade mais negada do que o negro. Durante o tráfico negreiro, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento elaboraram

¹ Original de Alto Volta, atual Burkina Faso, fez parte da geração de historiadores africanos que junto com o senegalês Cheik Anta Diop redescobriram a história africana e reinterpretaram a história mundial a partir de uma perspectiva africana.

um eficiente arcabouço teórico que negou ao africano sua história, sua subjetividade. Os efeitos desses pensamentos se fazem sentir até hoje, tanto para africanos quanto para negros da diáspora.

Ao observar as linhas que delineiam a historiografia africana, é possível identificar os seguintes contornos: (i) a historiografia racista, baseada em grande parte nos relatos de viajantes, nos quais o continente Africano era um lugar habitado por elementos grotescos e selvagens que desconheciam qualquer forma de organização social e a-histórica; (ii) a historiografia colonial, elaborada por pesquisadores europeus, na qual permanece a negação da história das sociedades africanas, e, por consequência as narrativas históricas são construídas a partir das realizações dos conquistadores. Cabe, contudo, salientar que, paralelamente a esta corrente historiografia, um grupo de pesquisadores ocidentais das ciências humanas (antropólogos, geógrafos, linguistas e historiadores) produziram trabalhos acadêmicos sobre o continente africano, nos quais procuram se distanciar do modelo colonial de produção historiográfica, ao buscar compreender as sociedades africanas a partir de suas próprias dinâmicas; (iii) por último, porém não menos importante, a nova historiografia africana, que emerge sob campo de tensões políticas, sociais e econômicas, geradas pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pelos movimentos nacionalistas de libertação.

De acordo com J. D. Fage (2010, p. 25), em seu artigo “A evolução da historiografia da África”, as primeiras investigações sobre a história do continente africano “são tão antigas quanto o início da escrita”. O autor esclarece ainda que tanto historiadores greco-romanos quanto islâmicos medievais tinham uma percepção estreita da África tropical, em decorrência dos raros contatos que estabeleceram com ela. Tal fato explicaria os poucos relatos, as impressões e, até mesmo, os problemas relativos às autenticidades fornecidas pelos antigos autores, como Heródoto, Manetão, Plínio, o Velho Estrabão e outros. Quanto aos autores árabes dos séculos IX e XV, apesar de terem realizado várias descrições sobre as regiões africanas, sobretudo aquelas nas quais as trocas comerciais foram mais intensas, como por exemplo, na região do Sahel sudanês, não houve, segundo Fage (2010, p. 25), “estudo sistemático sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo”, naquelas sociedades.

Fage (2010) destaca que Ibn Khaldun (1332-1406) pode ser considerado um dos primeiros historiadores de África, em sua obra “Muqqaduna”, Khaldun produziu um capítulo com narrativas históricas sobre o Império do Mali, as quais eram alicerçadas na tradição oral da época e, ainda hoje, é referência importante para compreensão da história desse Estado africano.

A escrita árabe foi introduzida na parte oriental do continente, primeiramente, com a expansão do Islã e passou a ser utilizada por africanos para registrar em crônicas, ao lado dos documentos orais. A

história de suas sociedades, entre outras obras, destaca-se “Ta’rikin al-Sudan²” e “Ta’ruckh el-Fatash³”, produzidas durante o século XVII, em Tombuctu. Conforme Fage (2010, p. 62),

[...] nos dois casos, os autores fazem um relato dos acontecimentos de sua época e do período imediatamente anterior, com muitos detalhes e sem omitir a análise e a interpretação. Mas antecedendo esses relatos críticos há também uma evocação das tradições orais relativas a períodos mais antigos. Dessa forma, os primeiros registros escritos sobre o Império do Mali, resultado não é somente uma história do Império Songhai, de sua conquista e dominação pelos marroquinos, mas também uma tentativa de determinar o que era importante na história progressa da região, sobretudo nos antigos impérios de Gana e do Mali. (Sic).

A região onde hoje se localiza a Etiópia foi importante centro de tradição literária. Floresceu durante o século XIV e desenvolveu-se por quase dois mil anos. Os povos dessa região possuíam língua escrita, o amárica, na qual importantes obras foram escritas, entre elas História das Guerras Africanas de Amda Syôn. A partir do século XIX, surgem outras obras escritas em línguas africanas como Haussa e o Swahili (FAGE, 2010).

A partir do século XV, a intensificação do contato dos europeus com o continente africano contribuiu para a produção de diversas obras literárias, que ainda são utilizadas como fontes pelos pesquisadores modernos. Segundo o referido autor (2010, p. 62), “quatro regiões da África tropical foram objeto de particular atenção: a costa da Guiné na África ocidental; a região do Baixo Zaire e de Angola; o vale do Zambeze e as terras altas vizinhas e, por fim, a Etiópia.

Na região da Costa da Guiné, na África Ocidental, os materiais produzidos, entre 1640 e o início do século XVIII, por Cadamosto, Barbot e Bosman fornecem testemunhos históricos e datados. Há também o material produzido por Dapper (1688), um compilador de relatos sobre o cotidiano. É importante colocar que esses autores não tinham a intensão de fazer história; muito menos de compreender a sociedade africana, mas apenas de descrever as situações com as quais se deparavam.

Características diferentes possuem os materiais produzidos pelos missionários que se estabeleceram em outras regiões do continente, entre os séculos XVI e XVII. A intenção que eles tinham de “mudar” a sociedade africana, exigiu desses religiosos um esforço de compreensão da história daquelas sociedades, gerando também a necessidade de desenvolver um processo de investigação que deu origem a diversas obras históricas, das quais se destacam os seguintes autores Pedro Paez (morto em 1622) e Manoel de Almeida (1569-1646) (FAGE, 2010).

No baixo Vale do Congo, em Angola e no Vale do Zambeze, os relatos derivados de um cenário pautado quase exclusivamente na relação econômica que os europeus mantiveram em relação a essa

² Obra de três gerações da família Kati de Djenné. Cobre a história do Songhai e dos países vizinhos até a conquista marroquina, em 1591.

³ Mais extenso e mais rico em detalhes, foi escrito pelo historiador de Tombuctu, El-Saadi, e cobre, em parte o mesmo período, continuando, porém, até 1655.

região, captaram, em parte, a resistência da sociedade africana tradicional local em submeter-se às vontades dos europeus e, ao mesmo tempo, as alterações sofridas por essas sociedades em decorrência do contato com os europeus. Importantes processos históricos podem ser encontrados em livros de autores como Piagafetta e Lopez (1591), Cavazzi (1687) e Cadornega (1681) (FAGE, 2010).

A partir do século XVIII, período em que os pesquisadores europeus voltaram-se para o continente africano, produzindo estudos consistentes e passíveis de serem utilizados como fonte histórica, entre eles, *The Universal History*, publicado na Inglaterra entre 1736 e 1765, que, em seu conteúdo, tratou de maneira significativa as histórias e geografias do continente africano; os estudos monográficos: *História de Angola*, de Silva Correia (1972); *Some Historical account of Guinea*, de Benezet (1772); e das duas histórias do Daomé - *Memórias do Reino de Bossa Ahadee*, de Norris (1789) e *History of Dahomey* - de Dalzel (1793) (FAGE, 2010).

Foi nesse período que, em decorrência do Iluminismo, a elite intelectual europeia começou a construir um consenso no qual as culturas de outras sociedades passaram a ser consideradas inferiores e que, por isso, não deveriam ser objeto de estudo. No que diz respeito à África, o continente foi considerado a-histórico, ou seja, não tinha história. Essa concepção ganhou força quando passou a ser defendida também por Hegel (*apud* FAGE, 2010, p. 65).

Hegel (1770- 1831) definiu explicitamente essa posição em sua *Filosofia da História*, que contém afirmações como as que seguem: 'A África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento'. Os povos negros 'são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje'.

O peso da concepção que Hegel elaborou sobre a ausência de história do continente africano foi tão forte que ainda hoje exerce influência sobre as concepções que se tem a respeito de África. Apesar disso, é necessário considerar, de acordo com Fage (2010) que, durante esse período, alguns pesquisadores europeus voltaram-se para a investigação da história do continente africano. Tal interesse tem origem na reação à escravidão e ao tráfico de escravos por um lado, e, por outro, na competição pelos mercados africanos. Diz o referido autor (2010, p. 66):

[...] alguns dos primeiros europeus eram impelidos por um desejo sincero de aprender tudo o que pudessem a respeito do passado dos povos africanos e recolhiam todo o material que encontravam: documentos escritos, quando os havia, ou ainda tradições orais e testemunhos que descobriam sobre os traços do passado. A literatura produzida pelos exploradores é imensa. Alguns desses trabalhos contêm história no melhor sentido do termo, e em sua totalidade, tal literatura constitui um material de grande valor para os historiadores. Uma pequena lista dos principais títulos poderia incluir *Travels to Discover the Sources of the Nile* de James Bruce (1790); os capítulos especificamente históricos dos relatos de visitas a Kumasi, capital de Ashanti, de T. E. Bowdich (*Mission from Cape Coast to Ashantee*, 1819) e de Joseph Dupuis (*Journal of a Residence in Ashantee*, 1824); *Reisen und Entdeckungen in Nord- und Zentral Afrika* (1857- 1858) de Heinrich Barth; *Documents sur l'Histoire, la Géographie et le Commerce de l'Afrique Orientale* de M. Guillain (1856); e *Saara und Sudan* de Gustav Nachtigal .

A partir do século XIX, surge na Europa, a concepção de que o ofício do historiador deveria ser pautado cientificamente na análise das fontes escritas. Nesse novo cenário, a história do continente africano, muito dependente da tradição oral, dos vestígios arqueológicos e da linguística, foi paulatinamente deixando de ser objeto de pesquisa de historiadores. Ao mesmo tempo, observa-se que a diversidade cultural das sociedades africanas despertou os interesses de antropólogos e linguistas. Os antropólogos foram os primeiros a desenvolver pesquisas de campo na África, entretanto, nem eles, nem os linguistas tiveram compromisso com a reconstituição do passado dessas sociedades (FAGE, 2010).

No início no século XX, consolidou-se a ideia da pretensa superioridade europeia em relação às culturas africanas, justificada principalmente pela conquista colonial. Ainda assim, entre os anos 1890 e 1940 foram produzidas diversas obras escritas por europeus leigos, sem ligação com a antropologia ou com a linguística, interessados em explicar as “sociedades exóticas” que haviam descoberto, entre eles, destacam-se Sir Harry Johnston e Maurice Delafosse.

Entre as décadas de 1930 e 1950, nos estudos antropológicos sobre a África, é possível observar as pesquisas influenciadas pelos estudos de Malinowski e Radcliffe-Brown, de caráter funcionalista. Tais pesquisas distanciaram, assim, qualquer possibilidade de estudos históricos, ainda que as pesquisas de campo as tornassem possíveis. Das pesquisas orientadas pelos pressupostos teóricos americanos, alicerçados na etnografia, para as quais a cultura material e estrutura social assumiam uma importância significativa, foi produzida uma série de estudos históricos. Entre os autores destacam-se Baumann (1940), Westermann (1952) e Frobenius (1968).

Outra obra importante citada por Fage (2010) foi elaborada por Leo Frobenius, nas primeiras quatro décadas do século XX. O escritor é etnólogo, antropólogo cultural, arqueólogo, com um forte traço de historiador. Frobenius produziu diversos trabalhos de campo em várias partes da África, cujos resultados foram publicados em diversas revistas, das quais parte significativa está em alemão.

É importante colocar que houve um fluxo contínuo de produção de obras sobre a história da África, algumas com projeção na Europa e nos Estados Unidos da América, produzidas por africanos como “*A History of the Gold Coast and Asante*”, de Carl Christian Reindorf (1895), e “*History of the Yorubas*”, de Samuel Johnson (1921), outras que foram produzidas em âmbito local, registraram as tradições históricas. Somam-se a esse arcabouço historiográfico os registros produzidos pelos missionários e colonizadores, cujos interesses em conhecer a história dos povos colonizados estavam estritamente ligados a descobrir formas mais eficientes de dominação (FAGE, 2010).

Uma historiografia africana pensada a partir da perspectiva africana, com características nacionalistas pode ser identificada, por um lado, a partir do final do século XIX, com as obras de J. A. B. Horton (1835-1883); E. W. Blyden (1832-1912); J. M. Sarbah (1864-1910); J. E. Casely-Hayford (1866-1930); e J. B. Danquah (1895-1965), por outro lado, uma história pautada na glorificação do passado africano e na

superação do mito da superioridade africana pode ser observada a partir de meados de 1950. São exemplos: J. O. Lucas, *"The Religion of Yoruba"* (1949) e J. W. de Graft-Johnson, *"African Glory"* (1954). Não menos importante foi a criação da revista *Presence Africaine*, cujos artigos eram dedicados à promoção de uma história da África descolonizada (FAGE, 2010).

A essa altura, africanos formados na Europa voltaram seus interesses para o passado do continente africano, com o objetivo de encontrar fontes históricas que contribuíssem para a reconstrução de cultura/história negada pelos colonizadores. Segundo Fage (2010, p. 29):

[...] uma geração de intelectuais africanos que havia dominado as técnicas europeias de investigação histórica começou a definir seu próprio enfoque em relação ao passado africano e a buscar nele as fontes de uma identidade cultural negada pelo colonialismo. Esses intelectuais refinaram e ampliaram as técnicas da metodologia histórica, desembaraçando-a, ao mesmo tempo, de uma série de mitos e preconceitos subjetivos.

O referido autor (2010) conclui afirmando que, a partir de meados do século XX, a historiografia africana não é muito diferente da historiografia de outros lugares do mundo, ainda que se leve em conta a ausência de fontes escritas sobre os períodos mais antigos e a consequente necessidade de utilizar outras fontes como a tradição oral, a arqueologia e a lingüística. O autor chama a atenção para o fato de que o problema relativo à escassez de fontes escritas também atinge alguns países da América Latina, Ásia e Europa.

Atualmente, o campo historiográfico sobre a África está consolidado em centros de pesquisa europeus, americanos e africanos e estão sob a responsabilidade de especialistas de alto nível. Aliado a isso está o intenso intercâmbio caracterizado pela troca de experiências, entre pesquisadores e universidades de várias partes do mundo.

A disciplina História da África como área disciplinar, segundo pesquisa realizada por Murytan Santana Barbosa (2012), é decorrente do Pós-Guerra, cuja finalidade foi responder a certos dilemas teóricos e práticos. De acordo com o pesquisador, a "História da África" surge graças ao distanciamento da Historiografia do século XX em relação à historiografia tradicional do XIX, que privilegiava a história das grandes realizações políticas.

Foi na década de 1930, com as contribuições teóricas produzidas no âmbito de um movimento que se convencionou chamar de Escola dos Annales, que se estabelece a ruptura com a historiografia tradicional. Em Barbosa (2012, pp. 7-8) encontramos, de maneira esclarecedora, a definição que os principais expoentes desta corrente deram.

Peter Burke (1991) definiu essa "definição" dos Annales na historiografia em três pontos centrais: a) inter-disciplinaridade, b) a perspectiva totalizante; c) a história problematizada. Em Marc Bloch, *Apologia à História*, Lucien Febvre, *Combates pela História* e Fernand Braudel, *História e ciências sociais*, vê-se o cerne desta nova proposta historiográfica. Também certo marxismo, nos primeiros decênios do século XX, teve uma contribuição importante para essa superação, como mostram os trabalhos históricos de K. Kautsky, V Lenin, R. Luxemburgo, A; Gramsci, J. C.

Mariátegui, N. Bukharin, Caio Prado Jr., e muitos outros países de e correntes de pensamentos. (Sic).

A disciplina História da África surge como consequência da ampliação do campo de investigação, como é possível observar nas publicações especializadas, continua Barbosa (idem, p. 8).

The Journal African History, na Inglaterra e no Bulletin de l'Institut Français de l'Afrique Noire, na França. Entre as décadas de 1950 e 1960, foram produzidos diversos estudos sobre o continente, entre eles destacam-se a) *A Velha África Redescoberta* (1959), de Basil Davidson, b) *A História dos Povos da África Negra* (1960), de Robert e Marianne Cornevin; c) *Breve História da África* (1962), de R. Olivier e J. Fage; d) *A História da África Negra* (1961), de Jean-Suret Canale; e) *Nações negras e cultura* (1955), Cheikh Anta Diop; f) *África seus povos e sua história cultural* (1959), de G. Murdock.

A década de 1950 também foi palco para a construção de uma nova historiografia africana, que nasceu dos esforços de alguns pesquisadores africanos, que julgavam insuficientes, preconceituosos e etnocêntricos os alicerces teóricos europeus para que a História africana fosse explicada. Assim, procurou-se produzir cientificamente uma narrativa história do continente, por meio de um viés teórico-metodológico que abarcasse as especificidades das fontes disponíveis, tais como: a tradição oral; a linguística e os vestígios arqueológicos (BARBOSA, 2012).

O período que sofreu forte influência dos movimentos de independência ficou conhecido como “descolonização da história”. A tese de Cheikh Anta Diop é um significativo exemplo. Nela, o renomado pesquisador sustenta que a sociedade egípcia faraônica era negra e formadora das civilizações indo-europeias. Outras obras importantes na construção de uma metodologia da tradição oral africana são, de acordo com Barbosa (2012), *Campanha do Senegal* (1958), de Abdoulaye Ly; *Sudjata ou o épico mandinga* (1960), de Djibril Tamsir Niane; e *A tradição oral* (1958), Jan Vansina.

A leitura da tese de Muryatan Santana Barbosa nos ajudou a identificar os principais centros de pesquisas sobre História da África no período de 1950 a 1960, entre eles, a Universidade de Dakar (Senegal); *Gordon College Catum* (Sudão); o *Makerere Colege Kampala* (Uganda); Universidade de Nairóbi (Quênia). Entre os primeiros docentes, destacaram-se os europeus J. Vansina, no Congo, D. Fage, no Gana e Y. Peterson, no Senegal. Quanto aos espaços de difusão e debates de conhecimentos destacaram-se o Congresso de Africanista de 1961, o Congresso Internacional sobre História da África, de 1965, na Tanzânia, e o de Yaundé, em Camarões, no ano de 1975. Outro marco importante para a historiografia africana foi a produção coordenada pela UNESCO entre os anos de 1965 e 1999, que é composta por oito volumes denominado *História Geral da África*.

Barbosa (2012) aponta que, desde a década de 1980, a História da África é um campo de pesquisa internacionalmente consolidado, em termos de métodos e temas para investigação, alinhado, sobretudo, à Escola dos Annales no que tange às suas especificidades, que, em última análise, acabam abarcando uma história interdisciplinar, problematizadora e totalizante.

2 OS FUNDAMENTOS DA HISTORIOGRAFIA DA ÁFRICA OCIDENTAL E CENTRAL

Memória coletiva de um povo, a História aparece com as primeiras sociedades organizadas, sua função era manter a coesão do grupo, lembrando o seu passado, as ações comuns e, ao mesmo tempo, fortalecer a ideia de solidariedade ancestral.

Desde a longínqua concepção de História alicerçada na oralidade e ancestralidade, passando por Heródoto, até os tempos atuais, a História, como disciplina, passou por diversas transformações, alargou seu campo de pesquisa e seus pressupostos teóricos e metodológicos. A disciplina saiu da literatura vulgar e baseada em crônicas, do discurso romancista e mítico, para o status de ciência social.

Com Ibn Khaldun⁴ (sec. XIV), assistiu-se a uma transformação significativa que deu à História um objeto e problemas próprios, a partir das análises críticas e rigorosas das sociedades árabes e berberes, conforme demonstrado pelo historiador na obra *Muqaddimah*. Contudo, convencionou-se datar, a aparição do Materialismo Científico (XIX), como a entrada da História no conhecimento objetivo. A disciplina passa então, a dispor de conceitos científicos cuja fecundidade é provada (modo de produção, estado, classe social). (BA, 1972)

A definição da História induz a tarefa do historiador e o coloca diante da problemática da historiografia, qual seja, como reconstituir de maneira inteligível, crítica e imparcial o passado humano, a partir de um estudo científico que abarque fontes de todas as ordens como escrita, oral, arqueológica e outras? A Operação Historiográfica tem sido marcada por dinâmicas e contextos ligados a diversos fatores: época; ideologia ou ideologias do ambiente; a qualidade intrínseca dos membros da corporação dos historiadores; as condições de exercer sua função; as oportunidades e política científica que beneficiam. (BA, 1972)

Assim, ao tratarmos da historiografia, somos remetidos a três questões centrais: a gênese da escritura da história; aos problemas teóricos e metodológicos e a filosofia da história em certa medida (CERTEAU, 1982).

Portanto, a historiografia aparece marcada por uma relativa diversidade em um determinado tempo e espaço, conduzindo a várias remodelações da escritura e da interpretação dos tempos, dos costumes e da sociedade objeto. Assim para Marc Bloch (2002), cada época reconstrói o passado em função de suas próprias preocupações. Nesse sentido, é compreensível que a História funcione de maneira

⁴ Considerado o maior historiador árabe, também é conhecido como o pai da ciência social moderna e da história cultural. Nascido na Tunísia, numa família devota e politicamente influente, sua educação fundamental foi marcada pelos maiores estímulos intelectuais que sua riqueza permitia. Sua principal obra, *Muqaddimah*, começou como uma história universal dos árabes e berberes e desenvolveu-se numa Filosofia da História. O estudo subsequente da natureza da sociedade e da mudança societal o levou a desenvolver aquilo que entendia por ser uma nova ciência da cultura.

diferente, em sociedades diferentes, em épocas diferentes, derivando desse processo uma diversidade de escolas.

Cabe ressaltar que essa contextualização não isenta o historiador de operar o seu ofício, pautado na crítica, no método e na objetividade, independentemente do tempo e/ou sociedade que se tem por objeto. Outro aspecto importante a considerar é que a História dos outros tem alguma coisa a nos ensinar, com efeito, não há nenhum modelo sem falha, nem certeza metodológica engessada. Portanto é legítimo e pertinente considerar a África como um campo operatório específico para o historiador que contribui para a elaboração de historiografia africana.

Campo do domínio do passado e consciência do tempo, a História é também uma ciência da mudança e da transformação. Ela permite avaliar as rupturas, os avanços, retrocessos e perpetuações e, no limite, proceder aos reajustamentos impostos, segundo as nossas heranças, nossa presença e nosso querer viver no mundo atual, a fim de vencer os obstáculos do futuro (BA, 1972).

Para as sociedades africanas em pleno processo de (re) construção, as reflexões históricas emergem ao mesmo tempo como fator de tomada de consciência e mecanismo de descolonização da historiografia. Além disso, na África, ela tem contribuído para despertar o nacionalismo e constituir um fator de desenvolvimento endógeno (KI-ZERBBO, 2009).

Ba (2010) chama a atenção dos jovens historiadores africanos para que se afastem da história memorialista, da crônica, e se alinhem à construção de uma História fundada numa análise crítica das fontes e de uma reflexão sobre os movimentos e as modalidades que impulsionam os atores da História e, acrescenta, é importante integrar de forma sistemática, nos programas universitários, conteúdos sobre a historiografia africana.

3 A HISTORIOGRAFIA RACISTA, A HISTORIOGRAFIA COLONIAL E A NOVA HISTORIOGRAFIA AFRICANA

A compreensão das novas orientações da historiografia africana, passa pelo questionamento sobre como foram construídas, as primeiras narrativas a respeito o continente e a maneira pela qual elas contribuíram para a negação do potencial histórico das sociedades africanas.

Os primeiros trabalhos de caráter histórico sobre a África são tão antigos quanto o início da história escrita, desde a época de Heródoto. Na Antiguidade Greco-romana, a África negra era percebida e descrita por meio de referência ao caráter geográfico ou etnográfico. O continente era considerado um reservatório de riquezas desconhecidas, de animais fabulosos e povoados curiosos, classificados como os trogloditas. Posteriormente, a emergência da historiografia ocidental moderna, em quase nada contribuiu

para a ampliação do conhecimento sobre a África, pois os dados eram fragmentados e periféricos ligados ao litoral atlântico exclusivamente.

No século XV, exploradores e navegadores europeus começaram a circular pelas regiões costeiras da África Ocidental e Central. A costa de Guiné, em particular, foi objeto de uma série de obras, entre elas Viagens de Luís Cadamosto⁵ e de Pedro Sintra, escrita pelo veneziano Luís da Cadamosto em 1460.

Por meio de seu relato, é possível conhecer, a partir da perspectiva de um jovem europeu, um pouco sobre a vida, os costumes, as vestimentas, a alimentação, o comércio, as relações sociais, econômicas e políticas de alguns povos africanos com os quais ele teve contato.

Além disso, constam também características importantes da fase inicial do processo de expansão marítima portuguesa, como, por exemplo, os métodos de captura utilizados pelos primeiros navegantes, na África.

É consenso entre os historiadores sobre África que até o fim do século XIX, a historiografia estava essencialmente fundada sobre uma projeção fantasmagórica de uma África bárbara, província sem História no mundo. A História da África era desconhecida, desprezada em nome de uma concepção unilinear e etnocêntrica fundada sobre a autoidentificação do ocidente como sinônimo de civilização (DIOP, 1964; APPIAH, 1997; MBEMBE, 2001; KI-ZERBO, 2009; MUDIMBE, 2013,).

A historiografia “racial” e historiografia “colonial”⁶ produziram durante séculos farto material acadêmico, pautados em perversos mitos sobre o continente africano, cujos ecos ressoam ainda nos dias atuais. Discutir essas duas correntes como temas introdutórios na disciplina sobre a História da África nos cursos de Licenciatura não é um retrocesso; trata-se, sim, de ter uma visão clara do passado, para compreender o presente e se projetar no futuro.

As primeiras relações Europa-África, iniciaram no fim do século XV, num contexto de conflito, com início do tráfico “da madeira de ébano”, chamados também de peças da Índia.

Posteriormente, a punção humana que ocorreu na costa ocidental africana, o tratamento desumano dos negros nos navios negreiros e o trabalho escravo no “Novo Mundo” para os sobreviventes constituem, sem sombra de dúvidas, o crime mais odioso contra a humanidade. A escravidão negra constituiu-se um importante causador da perda da humanidade dos africanos. Sua longa duração, se deu, em parte, graças à proliferação e consolidação do racismo, pensamento que influenciou a historiografia durante séculos.

⁵ Colaborador que acompanhava a embarcação ao lado do infante, o mercador veneziano, Alvise da Cá da Mosto, mais conhecido como Luís de Cadamosto, seguiu rumo às terras africanas pela primeira vez em 1455. Convidado pelo próprio infante d. Henrique durante uma de suas viagens pela Espanha, o italiano esteve na Ilha de Porto Santo, na Ilha da Madeira, no arquipélago de Cabo Verde, no Senegal, no Gâmbia e no Golfo da Guiné.

⁶ Termos cunhados pelo historiador Thierno Mouctar Bah.

De acordo com Ba (2010), a historiografia racista e a historiografia colonial constituem duas tendências complementares que se sucederam. A historiografia racista considerava a África como uma “terra vazia”, onde a falta de iniciativa, a falta de lei, de ordem e estabilidade se deram em um livre curso, orientaram teses sem fundamentos que ignoram as iniciativas e as realizações dos povos africanos ao longo dos séculos.

Quanto à historiografia colonial dos séculos XVIII e XIX teve por paradigma a teoria do “vaso vazio” que considerava a História Africana como um simples prolongamento das atividades europeias em África. Fundada sobre preconceitos eurocentristas que durante muito tempo consideraram o continente africano a periferia da história, um continente sem dinâmica própria cujo essência das realizações seria creditada a fatores externos. Isso teve por consequência a falsificação da História do continente e a eclosão de alguns mitos preconceituosos e racistas.

Assim se estabeleceu uma escola de pensamento agrupando teóricos cujo mais notável foi Hegel; sua obra teria amplamente determinado as ações imperiais que afetaram o continente africano, desde a segunda metade do século XIX. Esses teóricos alimentaram uma historiografia que operava na base de uma verdade estratégica de alienação e domesticação dos povos para os quais precisavam negar toda historicidade. A historiografia colonial caracterizou-se pela negação de valores africanos e realizações endógenas desses povos. São, portanto, narrativas de ações militares de conquista e pacificação da África ocidental e central que a despeito das destruições e da violência descomunal que eles causaram, oficiais europeus tais como Borgrie des Bordes, Dodds, Gallieni, Largeau, entre outros, foram qualificados como heróis libertadores e virtuosos, ao passo que os resistentes à conquista e à dominação aparecem, na historiografia colonial, como pequenos reis escravagistas e sanguinários. Foi assim com Lat Dior Diop, no Senegal, Samory Turè, em país Manding, Bokar Biro, Futa djallon, Bèhanzin no antigo Dhaomey, Rabha em torno lago Tchad, El hadj Omar, no Sudão Ocidental, Martim Samba no sul do Camarões. (KI-ZERBO, 2010).

A historiografia colonial caracterizou-se, no plano metodológico, pelo culto do documento escrito, muitas vezes produzido, por viajantes europeus, única fonte considerada segura. Cabem, aqui, duas observações: primeiro, a negação das fontes orais, arqueológicas, etnográficas e artísticas como importantes documentos para a reconstrução do passado da África; segundo, as publicações, anteriores a 1945, expressam uma visão fragmentada da história africana. Além disso, os estudos desenvolvidos tinham como objeto blocos de países, refletindo a partilha proposta na Conferência de Berlim (KI-ZERBO, 2010).

Com efeito, durante muito tempo na historiografia africana faltou uma visão de conjunto, Isso, segundo Mudimbe (2013), na maioria das universidades, acarretou na oferta de disciplinas sobre a História da África, que se limitavam ao avanço colonial de uma única nação europeia.

O que se coloca é que a historiografia colonial, baseada na concepção de uma África bárbara e ao mesmo tempo sobre o monismo do ocidente e sua autoidentificação à civilização, para além da expansão territorial, exploração econômica, acarretou também a dominação cultural.

Na sociedade colonial, os povos dominados não determinavam o sentido de sua prática de sua história. Este destino era imposto pelo exterior, nos mínimos detalhes, no quadro de uma concepção alienante que teve efeitos desastrosos sobre a consciência coletiva dos africanos.

Abordar a historiografia racista e colonial é importante porque suas teses tiveram um efeito duradouro sobre o continente, provocando traumatismos, que notadamente bloquearam suas mentalidades e produziram diversos níveis de inferioridade dos “autóctones” em relação ao colonizador. Toda essa mistificação tinha por objetivo o condicionamento cultural dos africanos, sua hesitação social e a dúvida sobre a sua própria identidade. Tal efeito faz-se sentir nos modos como americanos, europeus e asiáticos veem o africano, via de regra, a partir de ideias preconceituosas criadas durante esse período.⁷

É importante, todavia, sublinhar que o olhar pessimista sobre a África não fazia unanimidade no meio acadêmico europeu. No fim do século XVIII, alguns autores se desvincularam das teses formuladas pela historiografia racista. Uma visão mais amistosa sobre a África iniciava então de maneira precoce. Homens de igreja, filósofos, exploradores testemunharam e produziram relatos sobre a organização das sociedades africanas e o caráter elaborado de suas civilizações.

Dá-se início a um movimento irreversível que se amplia ainda no século XIX para desqualificar a historiografia colonial feita de preconceitos. No início do século XX, toma forma outra concepção a respeito do passado da África, construída, sobretudo pelos antropólogos que tinham o mérito de fazer pesquisa de campo, ou ainda por alguns administradores coloniais que tinham espírito aberto. Descobriam-se em suas obras uma verdadeira dose de simpatia pela história e civilizações africanas. Foi assim com a obra de Sir Harry Johnson que produziu um estudo amplo sobre a colonização.

Várias obras importantes de Charles Monteil (1929), sobre o império do Mali, de Loius Tauxier, sobre os bambara (1942) ou de W. W. Claridge sobre a Costa de Ouro e país Achanti (Costa de Marfim e Gana) 1940, e contribuíram de forma positiva, a historiografia da África ocidental.

A obra de Maurice Delafosse, “As civilizações negro-africanas” deu uma orientação nova a historiografia. Com ela os pressupostos preconceituosos e racistas cedem o passo à curiosidade que conduz para a pesquisa e a descoberta, com especial interesse pelos impérios do Sudão Ocidental (Gana, Mali, Songhai), seu trabalho deu uma nova e fecunda orientação à historiografia africana que ganhou uma maior profundidade cronológica, ao remontar ao século IX, com a fundação do reino do Gana (HAMA, 2010).

⁷ Sobre o sentimento de inferioridade do homem negro – Pele Negra Máscara Branca de Frantz Fanon,

Além de Maurice, podemos citar Yves Urvoy, que trouxe uma contribuição importante à historiografia do Sudão central, ao pesquisar o império do Kanem-Bornou. O etnólogo alemão Leo Frobenius, nas suas obras, manifestou simpatia em relação às sociedades africanas e suas histórias e constituiu-se um verdadeiro manifesto para a defesa e a ilustração da história e das civilizações da África Negra (HAMA, 2010).

Um terceiro autor importante é o antropólogo britânico J. F. Nadel que produziu uma obra importante sobre o reino no Nupè no centro da Nigéria, esta obra intitulada “Byzance Noir”, ilustra o caráter muito elaborado das instituições e o alto grau atingido nas diferentes áreas da cultura material ou imaterial. Nesta perspectiva outro pesquisador merece ser mencionado Hermann Baumann (1940), em um estudo enciclopédico dos povos e civilizações da África, com atenção particular à história, a obra é uma referências até os dias atuais (HAMA, 2010).

O comércio transaariano e a difusão Islam particularmente na zona Sudanosaariana, mas também ao longo da costa de Zedj, tiveram por efeito, a alfabetização, da elite local, em árabe. Isso deu origem a uma historiografia endógena, através da produção de obras cujas mais importantes foram escritas entre o século XVI até século XVII, Tarikh Es Sudan e o Tarikh Al Fettach, redigido respectivamente por Mahmoud Kati e Es-As'di, estudiosos filiados a Universidade de Tombuctu⁸ nos séculos XVI e XVII. Podemos mencionar também a obra de Idriss Aloma, historiador de Canem-Bornout, a crônica de Kilwva no atual Quênia ou ainda as crônicas do reino de Goncha no atual Gana. (KI-ZERBO, 2010)

Entre aqueles que podemos qualificar como historiadores protonacionalistas, destacamos J. A. B. Horton (1835 – 1883), E.W. Blwden (1832 – 1912), J.M. Sarbah (1864 – 1910), J.B.Danquh (1895-1965). Esses pesquisadores produziram uma historiografia que tem por fim a conscientização do africano em relação a sua história.

O país ioruba ocupa um lugar destaque para esta corrente historiográfica anterior a 1940. Algumas publicações estão nas línguas locais. Uma obra célebre e várias vezes reeditada desde sua primeira edição em 1934 é “Uma curta História do Benin”, de J.V. Egharevba. Observa-se aqui uma tradição da historiografia antiga que contribuiu para o conhecimento das instituições políticas, dos costumes e das atividades econômicas sobre um longo período que remonta ao século IX. Essa produção histórica tem sido constantemente objeto de pesquisa, de revisão e, principalmente, fonte de inspiração e orientação para os historiadores contemporâneos.

⁸ Originalmente criada como uma solução sazonal, Timbuktu floresceu como resultado do comércio local (sal, ouro, marfim e escravos) e, mais tarde, por tornar-se o centro de aprendizado islâmico entre os séculos 13 e 17. A Universidade de Timbuktu foi, possivelmente, a primeira do mundo e alguns historiadores acreditam que ela tenha sido criada antes do século 12. Djinguerber, Sidi Yahya e Sankore eram os três centros de aprendizagem -e os escritos medievais, de extrema riqueza.

Os contatos com a Europa ao longo das costas e a difusão da escrita por meio do alfabeto romano permitiram, também, a emergência de uma elite que se interessou pela história e produziu obras importantes. Foi assim na Nigéria onde uma historiografia ioruba se manifestou desde o século XIX- tanto em inglês quanto na língua local - durante o movimento de “nacionalismo cultural” que envolveu a nova elite, composta de educadores e homens de igreja.

A figura mais importante foi John Olawunmi George (1847 – 1915), que redigiu a “História do País Ioruba e suas tribos”. No Gana atual, Carl Christian Reindorf redigiu igualmente 1889 “Uma História da Costa do Ouro” sobre o reino Ashanti. Os exemplos são numerosos desses historiadores amadores, precursores da historiografia moderna, que registraram dados importantes do passado dos seus povos.

A História e a consciência histórica são cultivadas mesmo nas sociedades onde a oralidade é o único meio de comunicação. O griot na sociedade Manding, da zona sudanesa ou o jogador de arpa (mwet) nas sociedades das florestas eram detentores de um saber histórico apreciado e solicitado por toda comunidade.

O conhecimento do passado, a História, assume neste contexto diversas funções: ao serviço da autoridade para garantir a ordem; ampara as decisões judiciais; estabelece as hierarquias e as preeminências; confirma e emite declarações dos bens imóveis e determina os serviços e as obrigações tendo como referência o uso e o costume, em termos ocidentais constituindo uma jurisprudência.

Do que precede pode-se dizer que a historiografia, a longo termo, tem a África como objeto. Contudo, a nova corrente, levando em conta a historicidade dos povos africanos pelo ocidente e emergência de uma historiografia que se qualifica como moderna está relacionada com o despertar nacionalista, para ser mais precisa logo após a Segunda Guerra Mundial.

A influência do término da Segunda Guerra Mundial se faz sentir na historiografia africana, primeiro, pela tomada de consciência e grande desejo de libertação da dominação colonial. Depois, pelo desmoronamento do mito da superioridade do ocidente, somados aos ventos de liberdade vindos da Ásia, com a independência da Índia e o nascimento da República Popular da China. (BA, 1972)

O congresso de Manchester de 1945 conclama o governo dos africanos para os africanos. O forte discurso apoiado no ideal pan-africanista, incita as elites africanas a criar partidos políticos. Dois congressos exerceram forte impacto sobre a historiografia africana: o de Paris em 1956 e o de Roma em 1959. O primeiro enunciou a urgência de uma independência Cultural da África sobre o tripé: nenhum povo sem cultura; nenhuma cultura sem ancestrais e nenhuma libertação cultural autêntica, sem uma libertação política anterior. (PRESENCE AFRICAINE, 1959)

O congresso de Roma de março 1959 criou condições para uma mudança mais significativa para a historiografia africana. Reunidos, pela primeira vez, com os outros escritores e artistas negros, os historiadores africanos decidiram escrever sua própria história do continente. O congresso colocou a

disciplina em lugar de destaque, criando um subcomitê no meio da comissão das Ciências Humanas, para subsidiar os trabalhos dos historiadores. Após longos e laborioso debates, uma resolução especial, foi redigida em seis capítulos, tendo em vista dois aspectos essenciais da historiografia africana. (SAMB, 1992)

O primeiro aspecto dizia respeito à denúncia aberta ao pensamento historiográfico colonial e recomendaram a retirada dos manuais coloniais do programa de formação das escolas africanas. Esses manuais, segundo o subcomitê, se constituíam como fator de alienação e deveriam ser sistematicamente trocados por manuais produzidos por historiadores africanos, com o objetivo de enraizar o jovem aluno na sua própria cultura. (SAMB, 1992)

A resolução encorajava, ainda, os governos africanos a seguirem o exemplo da Nigéria, que criou arquivos para preservar seus respectivos patrimônios históricos. O segundo aspecto é relativo ao aporte histórico da cultura negra, a partir das pesquisas sobre a Civilização do Egito Faraônico, o que constituiu uma verdadeira revolução, numa época onde quase não se ensinava a História pré-colonial da África. (SAMB, 1992)

A referência ao Egito faraônico desencadeou, sobretudo nos territórios sob dominação francesa, a emergência de uma historiografia contestatória. Em plena efervescência de reivindicações para a independência política, aparece em 1954, Nações Negras e Cultura de Cheikh Anta Diop. Esta importante obra fez do autor um dos pioneiros da historiografia africana moderna. Fruto de uma pesquisa rigorosa, a obra é estruturada em duas partes. A primeira parte aborda o problema da origem da civilização egípcia e sua estreita relação com as culturas negro-africanas. A segunda parte discute a diversidade cultural da África Negra, com foco particular sobre as línguas. (SAMB, 1992)

A problemática que emerge da obra Nações Negras e Cultura está centrada em uma crítica contundente à historiografia colonial, fonte de alienação, por um lado e, por outro, na construção de uma “verdadeira história da África” que teria uma visão global do passado do continente, tendo por origem o Egito antigo. É importante recolocar a obra Nações Negras e Cultura em um contexto histórico para compreender o papel primordial que esta obra teve na mudança da historiografia africana, num esforço para a descolonização e para a construção de uma África livre, unida e próspera.

4 HISTORIOGRAFIA E MOVIMENTO DE NEGRITUDE

A corrente da negritude é, em uma larga medida, tributária das ideias pan-africanistas lançadas na América no fim do século XIX. Sob as iniciativas de W.E. du Bois e Marcus Garvey, o pan-africanismo foi inicialmente um movimento de reivindicação dos negros dos Estados Unidos da América e das Antilhas, que tinham seus olhares direcionados para a pátria africana, de onde a escravidão os havia privado. De fato, no plano do combate político, os negros americanos não se contentavam em lutar somente em causa

própria. No decorrer de vários congressos por eles organizados, reivindicavam os mesmos direitos para os seus irmãos de raça, que viviam na África (APPIAH, 1997).

A vontade de libertar o continente era compartilhado por todos os líderes afro-americanos, dos mais moderados aos mais radicais. As ideias pan-africanistas foram muito cedo assimiladas pelos intelectuais africanos que viviam na Europa, principalmente na França e na Grã-Bretanha. Desse movimento resultou a corrente de pensamento denominada Negritude que se engajou na defesa e na valorização da personalidade coletiva dos negros.

O termo “Negritude”, apesar de utilizado, desde novembro de 1931, com a aparição do primeiro número da *Revue du Monde Noir*⁹, ganhou força com a obra de Aime Cesaire “Cahier d’un retour au pays natal”¹⁰ de 1939. A corrente se consolida através de uma literatura de contestação, de uma literatura engajada, de um verdadeiro questionamento e de uma subversão à ordem colonial, cujos principais representantes foram Leopold Sedar Senghor, Prince-Mars, Aime Cesaire, Leon Gontran Damas. (APPIAH, 1997) Na atualidade, esse movimento também é reconhecido como um posicionamento Decolonial. Segundo Mignolo (2010, pp. 14-15),

[...] colonialidade e descolonialidade introduzem uma fratura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como projetos no meio do caminho entre o pensamento pós-moderno francês de Michel Foucault, Jacques Lacan e Jacques Derrida e quem é reconhecido como a base do cânone pós-colonial: Edward Said, Gayatri Spivak e Hommi Bhabba. A descolonialidade – em contrapartida – arranca de outras fontes. Desde a marca descolonial implícita na *Nueva Crónica y Buen Gobierno* de Guamán Poma de Ayala; no tratado político de Ottobah Cugoano; no ativismo e crítica decolonial de Mahatma Ghandi; na fratura do Marxismo em seu encontro com o legado colonial nos Andes, no trabalho de José Carlos Mariátegui; na política radical, o giro epistemológico de Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre outros.

A Negritude se alimentou por um desejo de retorno aos valores africanos, para tanto voltar-se para reelaboração das narrativas históricas sobre o continente foi imprescindível. Assim, os teóricos da negritude contribuíram na reorientação da historiografia, através da crítica ao sistema colonial e do questionamento dos fundamentos e da supremacia da civilização ocidental.

Alguns intelectuais europeus se solidarizaram ao movimento, entre eles, Robert Delavignette, Jorges Hardy, Leo Frobenius, Theodor Monod. Este último em 1935 escreveu no prefácio do romance de Ousmane Socé Diop, intitulado *Karim*: “O negro não é um homem sem passado, ele não caiu de uma árvore anteontem. A África é literalmente rica de vestígios pré-históricos (...). Seria então absurdo continuar olhando a África como uma tábua rasa, cuja superfície pode se construir qualquer coisa”. (BA, 1972)

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Fundação da Sociedade Africana de Cultura e da Revista *Presença Africana* contribuíram para a promoção de uma nova História africana. O contexto político da

⁹ Revista do Mundo Negro.

¹⁰ Caderno de regresso ao país natal.

publicação em 1947, do primeiro número de Presença Africana é o da descolonização: a guerra da Indochina tinha acabado de iniciar (dez 1946), as insurreições de Madagascar estavam no início (mar 1947) e, em todos os territórios da África negra, o clima era de tomada de consciência para a caminhada em direção à independência.

5 A HISTORIOGRAFIA: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Desde o final da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, depois do fim dos Impérios Coloniais e Independência dos povos da África, a problemática sobre a reconstrução da História do continente entrou na ordem dia.

Em resposta, alguns historiadores africanos se mobilizaram e tomaram para si essa missão, prova disso é o lugar cada vez maior que eles ocupam na bibliografia da História africana. A renovação da historiografia foi possível graças à formação universitária dos professores e pesquisadores na área; ao desejo dos Estados recém-constituídos em buscar na História elementos para consolidar a unidade Nacional, além dos vários Colóquios e Congressos que deram à História um lugar privilegiado em relação às Ciências Sociais. Não menos importante foi o engajamento que os africanos de todas as classes sociais tiveram na construção da identidade étnica e nacional de seus respectivos países. (MUNDIME, 2013)

Ao revisar a História, os pesquisadores tiram a África do silêncio ao qual foi confinada pelo colonialismo e a colocaram como porta-voz de uma série de questionamentos, nos quais o objetivo é desqualificar a historiografia imperial e reabilitar a consciência história dos africanos.

A orientação da historiografia sobre a África na atualidade é resultante de uma ruptura epistemológica, causada pela ideologia anticolonialista e as lutas de libertação. Entendo que é sobre uma longa duração que é importante avaliar tais rupturas e mutações, isso revela que é importante incluir, no currículo da disciplina de História da África uma reflexão crítica sobre a produção historiográfica.

6 HISTORIOGRAFIA: CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

Conforme mencionamos anteriormente, a independência dos povos africanos colocou a História, como disciplina de ensino e de pesquisa, em primeiro plano. Isso está ligado a mudanças profundas de ordem política e ideológica. A historiografia africana, desde então, voltou-se para as dinâmicas internas das sociedades. No que tangia as suas escolhas africanas, suas iniciativas endógenas, sobrepuseram a adaptação e a imposição de elementos exógenos. Isso conduziu a historiografia para novas problemáticas, novos métodos e o esforço para iniciar uma epistemologia que contemplasse o novo objeto.

Após independências, a historiografia teve como cenário os territórios dos Estados recém-criados que, grosso modo, enraizava a “partilha colonial”, da África pela Conferência de Berlim de 1884/85. A História foi largamente solicitada, às vezes com distorções, para servir de base às novas Nações, para criar evidências artificiais, que justificassem as fronteiras herdadas do colonialismo europeu.

Uma historiografia nacionalista emerge em torno das décadas de 1950/60, e difundiu-se até anos 1980. Esta historiografia foi iniciada com obras de intelectuais formados nas Universidades europeias e americanas, nas quais eles aprenderam técnicas e metodologias de História, distanciando-se dos mitos e preconceitos característicos da historiografia colonial.

Os grandes impérios pré-coloniais constituíram um argumento para as teses de uma África antiga como estruturas políticas elaboradas, produtora de uma brilhante civilização economicamente próspera e integrada à econômica mundial por meio das rotas transaariana. Outro argumento interessante objeto de pesquisa foram as resistências, a conquista e a dominação colonial; elas foram exaltadas e citadas em exemplos pelas novas gerações.

É nesse contexto que é importante situar o advento de uma nova denominação. O Sudão Francês se tornou Mali, e a Costa do Ouro rebatizado Gana, numa perspectiva dos líderes nacionalistas de colocar um parêntese no período colonial, por meio de peregrinação às fontes, na busca de fundamentos, referenciais simbólicos a uma consciência nacional capaz de transcender as reais divisões/divergências nos Estados criados artificialmente, nos quais estavam agrupadas diversas etnias.

Os jovens professores e pesquisadores que regressaram da antiga metrópole para contribuir ao desenvolvimento da “construção nacional”, se engajaram com entusiasmo no trabalho de escrever outra História. A tarefa foi mais fácil nas antigas colônias britânicas onde a política da administração indireta, pragmática, tinha mais preservado em certa medida as dinâmicas das sociedades e civilizações africanas.

Esforços foram empreendidos na elaboração de pesquisas, sobretudo em países loruba, onde existe uma antiga e vivaz tradição historiográfica. Em Ibadan, foi publicada uma obra coletiva de História de envergadura nacional: trabalho de base da história nigeriana. O Gana, com a iniciativa de Kwame N'krumah, destaca a história nacional, voltada para o ideal pan-africanista encarnado por Du Bois;

Já nas ex-Colônias francesas submetidas a uma política de dominação, pautada na assimilação das populações locais, a História foi amplamente solicitada. A réplica da historiografia nacionalista foi incisiva, polêmica e controversa, o que acabou por estremecer algumas situações as relações entre os africanistas franceses e seus colegas africanos.

A escrita de outra História foi amplamente apoiada pelas autoridades governamentais. Esses reconheciam que a construção nacional exigia o desenvolvimento entre as populações, de uma consciência histórica, por meio de um apelo a um passado glorioso, ou seja, precisavam, em outros termos, superar

os traumas da historiográfica colonial. As diversas Conferências dos ministros africanos de Educação Nacional, organizadas desde 1960, encorajaram a publicação de obras e manuais.

Nesta perspectiva cada país se mobilizou para elaboração de uma “história nacional”. Foi assim, desde 1961, nos Camarões, com uma obra redigida por R. P. Enjelbert Mveng. Em 1987, V.J. Ngo, completara a obra de E. Mveng, com uma obra mais ampla e bem documentada: Camarões 1884-1985. Os cem anos da história. Outros países acompanharam esse movimento. A construção de uma História Nacional, durante muito tempo, foi objeto dos historiadores africanos.

Nessa ótica, surgiu 1997/2005, uma história dos Togoenses (não do Togo) em três volumes. Obra importante, nascida da colaboração entre a Universidade de Paris I, Sorbonne e a Universidade de Lomé. Os objetivos dessa obra coletiva é proceder a uma releitura da História dos povos do Togo e ir além do trabalho pioneiro de Robert Cornevig. Um dos méritos da História dos togoenses é de ter o privilégio de uma aproximação sincrônica que agrupa elementos em grandes períodos históricos.

O objetivo é de fazer com que os togoenses se unam e se sintam solidários e principalmente que se respeitem apesar das diferenças étnica-culturais. Vê-se aqui como a História da África tem um caráter pedagógico específico no sentido de superar os conflitos internos.

Nos Camarões, os historiadores de quatro Universidades Públicas, trabalham há anos na redação de uma História dos Camarões, com uma orientação e problemáticas novas, obra que continuara e completara o trabalho pioneiro de Engelbert Mveng.

É, sobretudo no quadro da redação dos livros didáticos que os esforços foram louváveis, em relação à Conferência dos ministros de Educação nacional dos países africanos de expressão francesa, em Tananarive, (Madagascar.). Em 1965, tomou-se uma resolução para uma africanização dos programas de história. Foi um campo importante no qual muitos historiadores investiram. Djibril Tamsir Niane e Jean Suret-Canale, ambos professores em Guiné Conakry, publicaram uma importante obra História da África ocidental (1961); S. M. Sissoko, publicou, nas edições Presence Africaine a obra História da África Ocidental (1966) bem ilustrada e didática, na qual uma boa parte foi dedicada aos impérios do Sudão ocidental: Gana, Mali, Songhai. Ibrahima Baba Kakè e Y. Maquet publicaram em 1975, história da África Central que preencheu um vazio, numa região onde havia poucos especialistas.

Um esforço importante para a africanização dos programas de História foi realizado pela Associação Universitária para o Desenvolvimento da Educação e da cultura na África e em Madagascar - AUDCAM - sediada em Paris. Em 1965, ela reuniu os melhores especialistas no material para a elaboração de diretrizes curriculares destinadas a dar uma orientação nova para o ensino de História nos liceus e colégios. É essa iniciativa que deu origem a importantes manuais da coleção Hatier, sob a direção de A. M. Bow, J. Ki-Zerbo e J. Devisse, uma mudança significativa que teve o mérito de integrar, ao ensino de História nas escolas, os resultados das pesquisas realizadas nas Universidades.

Essa articulação entre pesquisa e ensino da história da África foi frutífera e deu a essa disciplina um lugar de destaque nos programas dos cursos de graduação e pós-graduação, ao mesmo tempo em se observou um grande interesse para os alunos pela disciplina.

Na África Ocidental, assim como na África Central, a “nação” constitui o cenário que orientou, de maneira duradoura, a teoria e prática histórica. Entretanto, quase meio século depois das independências, a historiografia nacionalista não cumpriu plenamente o seu papel no processo de unificação e de desenvolvimento, pois as fronteiras dos estados constituem, ainda, barreiras para a concepção e a elaboração de uma nova historiografia que transcenda as fronteiras impostas pela Conferência de Berlim de 1884/85.

7 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL

A obrigatoriedade do ensino da História da África na Educação Básica das redes públicas e privadas de ensino no Brasil trouxe consigo alguns desafios, que se colocam tanto para os docentes das redes quanto para os docentes das Instituições de Ensino Superior, que são responsáveis pela formação de professores. Tais desafios podem ser identificados, na incipiente produção historiográfica sobre o tema (em termos locais); no número ainda modesto de especialistas; nas formações inicial e continuada que, por vezes negligenciam a história da África, em detrimento de uma matriz curricular europeia e, sobretudo, na gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o continente africano que esses docentes deverão incorporar aos currículos escolares e acadêmicos, via de regra, em um curto espaço de tempo.

O tratamento da História da África exige do docente a superação de duas visões antagônicas, mas que, ao mesmo tempo, são nocivas para a construção das narrativas históricas a respeito do continente: a primeira, racista e preconceituosa é pautada em concepções eurocêntrica; a segunda, alicerçada na construção de uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores.

De acordo com o professor Cunha Jr (1999), para além da complexidade dos espaços civilizatórios africanos, o ensino e aprendizado sobre a História do continente tornam-se mais difíceis, visto que no imaginário dos brasileiros são férteis as informações racistas, preconceituosas, restritivas e pobres, de modo que as pessoas têm dificuldades de pensar uma África que não seja famélica, aidética e devastada pela guerra civil, decorrente dos mais variados conflitos étnicos. Para Cunha Júnior (1999, p. 10),

[...] a imagem do Africano na nossa sociedade é a do selvagem acorrentado à miséria. Imagem construída pela insistência e persistência das representações africanas como a terra dos macacos, dos leões, dos homens nus e dos escravos.

Quanto aos povos asiáticos e europeus as plateias imaginam castelos, guerreiros e contextos históricos diversos. Quanto à História Africana só imaginam selva, selva, selva, deserto, deserto e tribos selvagens perdidas nas selvas.

Nesse sentido, explica Cunha Júnior (1999, p. 15), a introdução da História da África deve ser precedida de um trabalho de desconstrução e superação de representações preconceituosas e racistas, a partir de cinco aspectos, a saber:

1. a África não é uma selva tropical; 2. a África não é mais distante que os outros continentes; 3. as populações Africanas não são isoladas e perdidas na selva; 4. o europeu não chegou um dia na África trazendo civilização; 5. a África tem história e também tinha escrita. O elemento básico para Introdução à História Africana não está na história africana e sim na desconstrução e eliminação de alguns elementos básicos das ideologias racistas brasileiras.

Carlos Moore (2007, p. 134) chama a atenção para o que ele definiu como “tarefa de grande envergadura”, uma vez que o ensino de História da África exige do docente o conhecimento a respeito:

[...] dos povos, culturas e civilizações do continente africano, antes, durante e depois da grande tragédia dos tráficos negreiros transaariano, do mar Vermelho, do oceano Índico (árabe-muçulmano) e do oceano Atlântico (europeu), e sobre a subsequente colonização direta desse continente pelo Ocidente a partir do século XIX.

Para o autor, ignorar a heterogeneidade cultural, étnica, religiosa e africana pode implicar um ensino de História da África marcado por equívocos e distorções.

Por outro lado, a História é um campo no qual os múltiplos aspectos que formam as subjetividades são decisivos na compreensão, na explicação e no entendimento do passado do outro. No caso específico de África, pesam sobre as análises históricas elaboradas a seu respeito uma subjetividade racista que nega o longo e fértil desenvolvimento do continente e a sua contribuição para a humanidade. Diz Cisse (2015, p. 17):

[...] abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar a sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

A principal característica da disciplina acadêmica História da África é que ela nasce como uma das expressões das lutas anticoloniais e antirracista. Essa especificidade não pode ser perdida de vista, daí emerge sua força acadêmica e legitimidade política.

Tendo em vista, a organização atual dos cursos de licenciatura em História, no que diz respeito, ao espaço na grade curricular, proponho que as disciplinas assumam uma identidade - História da África. Temas adjacentes como cultura afro-brasileira, diversidade étnico-racial, cultura indígena, devem ser estruturados em numa outra disciplina específica, entretanto podem e devem articular-se à disciplina de História da África.

Além disso, seu itinerário formativo deve estar voltado aos estudos introdutórios a respeito do continente africano. O ponto de partida é o questionamento de quais narrativas históricas são privilegiadas e como essa condição se mantém na atualidade. As discussões devem ser encaminhadas no sentido de aproximar os graduandos das dinâmicas e características que a historiografia africana assumiu ao longo do processo histórico.

Os marcos referenciais para a disciplina devem contemplar o surgimento, o apogeu e o declínio de diferentes espaços civilizatórios da África Pré-colonial (Ghana, Mali e Songoi) e da África Colonial (Macina, Diolof, Buganda); a expansão do Império Árabe e o comércio dos escravos negros; a dominação europeia e o tráfico escravista transoceânico; colonização; consolidação da supremacia planetária do ocidente e subdesenvolvimento do continente africano; a luta pela descolonização e o surgimento do pan-africanismo.

Apesar das poucas obras traduzidas em Língua Portuguesa, os planos não podem se furtar de contemplar em suas bibliografias, Elikia M'Bokolo (África Negra), Hampate Ba (Amkoullel, o menino fula), Joseph Ki-Zerbo (Para Quando África?), Yves Mudimbe (A invenção da África) e a História Geral da África (UNESCO)

REFERÊNCIAS

- AMSELLE, J.-L.; SIBEUD, E. (dir.). **Maurice Delafosse. Entre orientalismo et ethnographie. L'itinéraire d'un africaniste (1870-1926)**. Paris: Maisonneuve & Larose, 1998.
- APPIAH, A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BA, A. H. **Aspects de la civilisation africaine**. Paris: Presence Africaine, 1972.
- BARBOSA, M. S. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO). Tese de Doutorado**, Universidade de São Paulo, 2012.
- BLOCH, M. **Apologia da História, ou, Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982
- CISSE. Y. T. **Oeuvres complètes**. Paris: Éditions Triangle Dankoun, 2015
- CUNHA JR, H. **O ensino da história africana**. 1999. Disponível em:
<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>> Acesso: jul. 2015.
- DIOP, C. A. **Nations nègres et Culture**, Paris, Présence Africaine, 1954, 1964, 1979
- FAGE, J. D. **A evolução da historiografia da África**. In.: KI-ZERBO, Joseph. (ed.) História Geral da África. Volume I: Metodologia e Pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

HAMA, B. **Lugar da História na sociedade africana**. In: KI-ZERBO, J. História geral da África. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR, 2010

KI-ZERBO, J. **História geral da África**. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR, 2010.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?**: entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

M'BOKOLO, E. **África Negra História e Civilizações**. Até ao Século XVIII. Lisboa: Vulgata, 2003.

MBEMBE, A. As formas africanas de auto-inscrição. **Estud. afro-asiát.**, vol.23, n.1, pp.171-209, 2001.

MOORE, C. **Racismo & Sociedade**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013

NIANE. D.T. **O Mali e a segunda expansão Manden**. In: História Geral da África Vol IV. Brasília: UNESCO/MEC/USFCAR, 2010.

PRÉSENCE AFRICAINE. **Indépendance**. Sécurité. Paix mondiale. Présence Africaine, no. 20, jun-juillet, 1959

SAMB. D. **Cheikh Anta Diop**. Dakar: Les nouvelles Editions Africaines Du Senegal. 1992.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

DIALLO, Cintia Santos; LIMA, Claudia Araújo de. Revisitando a historiografia africana: subsídios para a disciplina História da África nas licenciaturas. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 265-288, Set./Dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>. Acesso em: dd mmm. aaaa.